

Quinta-Feira, 08 de Outubro de 2026

Oposição busca adiar votação da PEC 6x1 para após o segundo turno das eleições

Senadores da oposição tentam impedir votação da PEC sobre fim da escala 6x1 durante período eleitoral

A bancada de oposição no Senado Federal move esforços para postergar a votação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que trata do encerramento da jornada 6x1 para um momento posterior ao segundo turno eleitoral. O movimento ganha força após o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), indicar a possibilidade de inclusão do tema na pauta de votações da próxima semana, em primeira instância.

O senador Rogério Marinho (PL-RN), que coordena a campanha presidencial de Flávio Bolsonaro (PL), expressou sua posição nesta quarta-feira (7), argumentando que submeter a matéria a votação no contexto do pleito eleitoral representa um risco à nação.

Conforme declarou Marinho aos profissionais de imprensa: "Não beneficia o país votar sobre questão de tal magnitude, importância e repercussão pública sob as circunstâncias atuais do processo eleitoral".



Governo não apresentou pedido para acelerar 6x1 no Senado, diz Alcolumbre



Juros altos atrapalham setor e sufocam a economia, diz Abrainc



O parlamentar, todavia, manteve reserva quanto aos procedimentos específicos que a oposição adotará para alcançar esse objetivo. Marinho qualificou a iniciativa como uma ação desesperada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em sua estratégia de reeleição.

"Consideramos a discussão conjuntural, mas não nos recusamos a debater mudanças nas jornadas de trabalho ou outros temas relevantes. Contudo, o presidente Lula encontra-se em situação delicada, procurando maneiras de se aproximar novamente do eleitorado", completou o senador.

Cabe ao presidente do Senado a prerrogativa de definir quais matérias entram em pauta de votação. A PEC permanece estagnada desde maio na Casa e Alcolumbre optou por não avançar nas discussões a respeito, evitando qualquer interferência no calendário eleitoral. Durante os meses anteriores, a administração federal empreendeu tentativas de convencer o senador a priorizar o texto, porém sem êxito.

O progresso nas negociações ocorreu somente durante um encontro de trabalho realizado no final de agosto, reunindo Lula, Alcolumbre e Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Câmara dos Deputados. Naquela ocasião, estabeleceu-se o cronograma de apreciações para a semana de esforço concentrado, incluindo a PEC na relação de matérias.

Naquele instante, a única deliberação confirmada referia-se à aprovação do texto na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).